

NOS ARQUIVOS DO IPHAN

REVISTA ELETRÔNICA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Investigando as restaurações fundadoras do patrimônio: das práticas rotineiras às normas técnicas

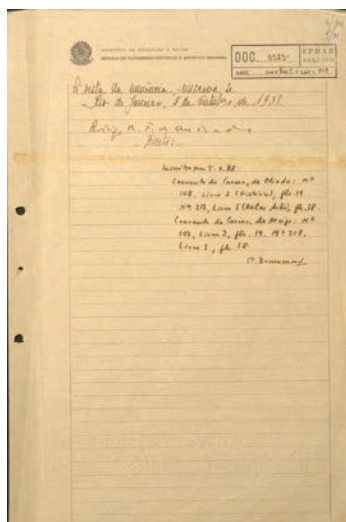
Márcia Chuva*

Márcia Regina Romeiro Chuva é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo trabalhado como historiadora do IPHAN até 2009; marciachuva@gmail.com

O Arquivo Central do IPHAN guarda muitas surpresas e ainda impressiona até os seus mais assíduos frequentadores. Nele encontramos, displicentemente, a assinatura de Carlos Drummond de Andrade, não exatamente antecedendo um poema, mas encerrando um documento de natureza burocrática, pois que o poeta foi por longos anos chefe do Arquivo do IPHAN. Nessa função, ele inventou um dos aspectos peculiares da organização do arquivo, que se mantém hoje topograficamente: a entrada dos documentos pelo bem cultural e seu endereço.¹ Nessa mina, também, casualmente, podemos esbarrar com um *croquis* de Lucio Costa, num pequeno pedaço de papel desenhado com o intuito de ilustrar sua opinião numa reunião de trabalho sobre uma reforma em andamento de um bem tombado. Documentos-fetichismo, assim monumentalizados, fazem parte da rotina histórica do IPHAN e, por isso, são constituintes desse arquivo.

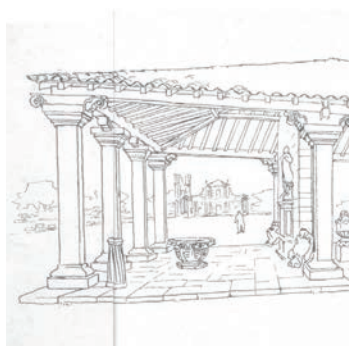
Contudo, para além de todos os fetiches e idolatrias que se pode ter em relação aos renomados intelectuais que compuseram os quadros do IPHAN e que configuraram as rotinas de trabalho, é nos documentos menos personalizados que nos deparamos com a dimensão alcançada pelo trabalho institucional que, efetivamente, configurou o campo do patrimônio cultural no Brasil e que é, na atualidade, referencial para pensá-lo historicamente.

A vontade de compreender a gênese desse campo no Brasil, as relações estabelecidas entre intelectuais e Estado nessa esfera e, em especial, os meios burocrático-administrativos que foram forjados nas rotinas de trabalho e deram a feição técnica às tarefas do IPHAN, levou-me a um mergulho em um universo de documentos pouco usuais ao historiador, transformados em fontes de pesquisa para realização de um extenso trabalho



Assinatura de Carlos Drummond de Andrade. Inscrição do Convento do Carmo de Olinda/PE.

¹ A organização topográfica por nome e endereço do bem cultural se mantém no Arquivo Central do IPHAN, embora haja, hoje, instrumentos de busca informatizados que permitem o acesso aos documentos por outras entradas.



Detalhe do *croquis* de Lucio Costa.
São Miguel das Missões/RS.

sobre a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil.² Parte desse estudo concentrou-se na compreensão dos processos de seleção de bens arquitetônicos que concederam uma feição peculiar ao patrimônio histórico e artístico nacional e foi feito explorando a potencialidade de fontes como os **processos de tombamentos** realizados entre os anos de 1937 a 1946, tratados qualitativa e quantitativamente, e as **Atas das Reuniões do Conselho Consultivo** do mesmo período.³ A correlação entre essas duas séries documentais permitiu identificar as formas de funcionamento do Conselho. Através dos pareceres emitidos nos casos de impugnação pelos proprietários, foram levantadas as questões mais recorrentes nesse *locus* privilegiado para a construção da noção de “valor nacional” do patrimônio cultural.

Contudo, gostaria de trazer à luz aqui as fontes *sui generis* e ainda hoje pouco trabalhadas, especialmente por historiadores, relativas às obras de restauração e conservação do SPHAN, que reúnem plantas de edificações, memorandos, cartas e ofícios, informações técnicas, pareceres, relatos de vistorias e relatórios de andamento das obras, relatórios de viagens; orçamentos, recibos, contratos de serviços; fotografias de obras, de operários e andaimes; além de correspondência burocrática do trabalho de rotina, com intensa troca de cartas e telegramas, por meio da qual se dava a comunicação entre os técnicos do Serviço.⁴

A feição peculiar do patrimônio histórico e artístico nacional, delineada por meio dos tombamentos realizados, foi consagrada nas obras e restaurações do SPHAN, ao restituírem a “feição original” desses imóveis, retirando os “acréscimos indignos” por eles sofridos. As expressões grifadas, encontradas de modo frequente e rotineiro na documentação relativa às obras realizadas nas décadas de 1930 e 1940, constituíram-se em peças-chaves do código de comunicação que se configurava então e que passaria a ser compartilhado pelos “especialistas” - técnicos do campo que se apresentava como próprio do arquiteto.

São inúmeros os casos em que os técnicos do SPHAN debatiam, por meio da correspondência trocada, sobre o critério de substituição de materiais antigos por novos, de produção similar e visando a reprodução da “feição original” da edificação. Em Pernambuco, estabeleceu-se uma intensa troca de correspondência entre o arquiteto Ayrton de Carvalho, representante regional do IPHAN, e o diretor do Serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para o acompanhamento das obras e orientação nas decisões a serem tomadas passo a passo na restauração da casa na rua do

² Essa pesquisa resultou na minha tese de Doutorado, recentemente publicada com o título *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

³ As coleções completas dessas duas séries documentais fazem parte do acervo do Arquivo Central do IPHAN.

⁴ Constante do Fundo SPHAN/Administração Central, Série Conservação e Restauração, Assunto – Obras.



Casa na Rua do Amparo, nº 28.
Antes e depois da restauração.

Amparo nº 28, em Olinda. Dentre os aspectos em pauta, estava a dúvida sobre a melhor solução a ser adotada na restauração do telhado, onde foi preciso substituir a antiga madeira amarela de que eram feitas as ripas. Em uma de suas cartas, Ayrton de Carvalho comunica que “foram empregados materiais em tudo semelhantes aos primitivos”,⁵ em cedro, por não ter encontrado “as ripas de embiriba cujas dimensões (6,5 m x 0,08 m x 0,02 m) estão em completo desuso”. Para fabricação de materiais novos semelhantes aos “primitivos”, era necessário recorrer à mão-de-obra local que dominasse as técnicas antigas, como, no caso dos carpinteiros empregados nessa obra, agregando, assim, trabalhadores cujas funções, ofícios, conhecimentos e serviços não encontravam mais demanda, substituídos por produtos industrializados. Eles tornaram-se fundamentais nas restaurações, que necessitavam da produção artesanal de peças de carpintaria, serralheria, cantaria, por exemplo e, desse modo, populações desconectadas das malhas de controle do Estado por se encontrarem isoladas em suas próprias localidades foram sendo paulatinamente integradas. Essas pessoas foram identificadas e integradas como trabalhadores ou como fornecedores de peças de produção artesanal, inacessíveis por estarem fora do circuito comercial e produtivo.

Com o tratamento sistemático das fontes da Série Obras, foram identificadas pistas dos critérios adotados nos projetos de restauração dos bens tombados, que raramente foram especificados como normas ou procedimentos padronizados, nem mesmo em artigos de cunho teórico a respeito do restauro que poderiam ter sido publicados pela instituição no seu órgão especialmente criado para tal fim: a *Revista do Patrimônio*.⁶ Desse modo, decisões tomadas caso a caso foram se reproduzindo a ponto de se tornarem regra. Isso ficou perceptível somente com a leitura sistemática dessas fontes, isto é, da própria prática que se rotiniza e cria normas de conduta.

Dentre tais procedimentos, destaco aqui a retirada de elementos considerados novos, o que se repetia regularmente, tendo se tornado uma das normas de restauro. As motivações que justificavam tal procedimento davam-se, em geral, por não se encontrarem indícios de que tais elementos fizessem parte do “aspecto original” do imóvel - busca de um passado perdido, cuja pureza das formas originais fora descaracterizada, retirando a “dignidade” do imóvel com o passar do tempo.⁷ A partir do critério básico de “restituição do aspecto original”, por meio do qual se preten-

⁵ Carta de Ayrton de Carvalho a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 27 mar. 1941 (Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro. Série Obras, Caixa 343).

⁶ A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, criada em 1937 e ainda em circulação, tinha como objetivo divulgar as pesquisas desenvolvidas pelo SPHAN acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, constituindo-se num órgão central de disseminação de estudos sobre a história da arte brasileira com ênfase na arte barroca.

⁷ O uso de variações em torno da idéia de dignidade é recorrente nessa documentação, como base dos argumentos em defesa de tombamentos ou critérios de restauro de bens arquitetônicos, numa espécie de metáfora que humaniza a Arquitetura ao lhe conferir qualidades exclusivas do humano.

dia evitar a excessiva profusão de elementos que contrastassem com a arquitetura tradicional existente no local, outros critérios foram adotados regularmente, orientando os trabalhos de restauração. Grande parte desses critérios foi concebida e consolidada no período analisado e se reproduziu posteriormente como regra.

A continuidade desses estudos é crucial para o aprimoramento teórico-conceitual da restauração no Brasil, ainda hoje muito praticada, mas pouco registrada, o que tem dificultado a formação de novos profissionais e o conhecimento da sua trajetória histórica no Brasil, fundada e consolidada na rotina de trabalho do IPHAN.